



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
 Rua Sorbone 375, . - Centreville
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0012835-20.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Despejo Por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança -
 Locação de Imóvel**
 Requerente: **João Luiz Di Lorenzo Thomaz**
 Requerido: **Ivanildo Ferreira da Silva**

C O N C L U S ã O

Em 03 de junho de 2014, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr. THEMÍSTOCLES BARBOSA FERREIRA NETO. Eu, _____, Marcos Eduardo dos Santos, Oficial Maior, subscrevi.

Vistos etc.
 Sentença em separado (01 folha
 digitada).
 S. C., 03/06/2014

JUIZ DE DIREITO

DATA

Em _____ de _____ de _____,
 recebi estes autos em cartório.
 Eu, _____, Escrevente subscrevi.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
 Rua Sorbone 375, . - Centreville
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

Vistos etc.

João Luiz Di Lorenzo Thomaz, já qualificado nos autos, moveu ação de Despejo por Falta de Pagamento contra **Ivanildo Ferreira da Silva**, também já qualificado, alegando, em síntese, que locou ao suplicado, o imóvel residencial localizado nesta cidade, na rua Rio Francisco, 249, fundos, Jd. Joquei Club. pelo aluguel mensal e atual de R\$ 459,54, mais encargos da locação.

Aduzindo que deixou de receber regularmente os alugueres vencidos desde julho de 2013, moveu o autor esta ação, trazendo aos autos documentos (fls.04/10).

Concedida a liminar de despejo, mediante a prestação de caução, formalizada às fls.36, o réu foi regularmente citado e procedeu a desocupação do imóvel (fls.38/40).

Não houve contestação.

É o relatório.

DECIDO.

O julgamento antecipado da lide é cabível in casu, como será demonstrado.

No transcurso desta ação, o imóvel foi desocupado.

Tal fato, entretanto, não frustra a procedência, pois a desocupação só ocorreu após a citação, quando o réu já obrigara o autor a lançar mão da atividade jurisdicional, com o ônus que isso acarreta, mas torna prejudicada a providência material atinente à desocupação e, consequentemente, o despejo.

Com tais considerações e o mais que dos autos consta, **julgo procedente a ação**, deixando, entretanto, de decretar o despejo do suplicado, ante a desocupação já efetivada.

Fundamentado no art. 62, inc. I, da Lei 8.245/91, condeno o requerido a pagar ao autor, os alugueres e encargos da locação discriminados na inicial, mais os que se venceram até a data da desocupação do imóvel (04.09.2013), devidamente corrigidos, além das custas e honorários advocatícios, que fixo em 20% do débito.

Libero a caução prestada pelo autor (fls.36).

Transitada esta em julgado, apresente o autor a conta de liquidação.

P. R. I. C.

S.C, 03 de junho de 2014

Themístocles Barbosa Ferreira Neto
 Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**